

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	20
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.099.772
Preferenciais	8.162.200
Total	12.261.972
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2012	Dividendo		Preferencial		0,02900
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2012	Dividendo		Preferencial		0,03200

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	49.937	46.224
1.01	Ativo Circulante	18.033	15.556
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.375	15.373
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.375	15.373
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	17.375	15.373
1.01.06	Tributos a Recuperar	657	182
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	657	182
1.02	Ativo Não Circulante	31.904	30.668
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.904	30.668
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	31.894	30.658
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	31.894	30.658
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10	10
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	10	10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	49.937	46.224
2.01	Passivo Circulante	1.282	797
2.01.02	Fornecedores	1	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1	0
2.01.02.01.01	Contas a Pagar	1	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	518	34
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	518	34
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	513	34
2.01.03.01.02	Impostos a Recolher	5	0
2.01.05	Outras Obrigações	763	763
2.01.05.02	Outros	763	763
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	378	378
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	385	385
2.02	Passivo Não Circulante	9.197	8.777
2.02.03	Tributos Diferidos	9.197	8.777
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.197	8.777
2.03	Patrimônio Líquido	39.458	36.650
2.03.01	Capital Social Realizado	16.549	16.549
2.03.04	Reservas de Lucros	3.064	3.064
2.03.04.01	Reserva Legal	121	121
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.943	2.943
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.992	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.853	17.037

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	739	607	-3.721	-4.081
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-198	-330	-3.723	-4.083
3.04.02.01	Despesas Tributárias	-107	-131	-17	-83
3.04.02.02	Despesas Administrativas	-91	-199	-3.706	-4.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	937	937	2	2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	739	607	-3.721	-4.081
3.06	Resultado Financeiro	1.441	1.898	1.187	1.661
3.06.01	Receitas Financeiras	1.441	1.898	1.187	1.661
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.180	2.505	-2.534	-2.420
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-408	-513	37	0
3.08.01	Corrente	-408	-513	37	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.772	1.992	-2.497	-2.420
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.772	1.992	-2.497	-2.420

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.772	1.992	-2.497	-2.420
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-857	815	1.454	5.468
4.02.01	Ganho em Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda	-1.299	1.235	2.203	8.285
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	442	-420	-749	-2.817
4.03	Resultado Abrangente do Período	915	2.807	-1.043	3.048

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.002	-1.173
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.992	-2.420
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.992	-2.420
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10	1.247
6.01.02.01	Impostos e Contribuições a Recuperar	-475	224
6.01.02.02	Juros sobre Capital Próprio a Receber	0	474
6.01.02.05	Imposto, Taxas e Contribuições	5	-26
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	479	-337
6.01.02.09	Contas a Pagar	1	912
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	1.594
6.02.02	Investimento	0	-6
6.02.03	Mútuo com Parte Relacionada	0	1.600
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.002	421
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.374	7.327
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.376	7.748

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	16.549	0	3.064	0	17.037	36.650
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	16.549	0	3.064	0	17.037	36.650
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.992	816	2.808
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.992	0	1.992
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	816	816
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.236	1.236
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-420	-420
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	16.549	0	3.064	1.992	17.853	39.458

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	203	16.346	5.471	0	15.663	37.683
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	203	16.346	5.471	0	15.663	37.683
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.346	-16.346	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	16.346	-16.346	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.420	5.468	3.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.420	0	-2.420
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.468	5.468
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	8.285	8.285
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.817	-2.817
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	16.549	0	5.471	-2.420	21.131	40.731

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-199	-4.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-199	-4.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-199	-4.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-199	-4.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.835	1.663
7.06.02	Receitas Financeiras	1.898	1.661
7.06.03	Outros	937	2
7.06.03.01	Resgate de Ações	937	0
7.06.03.02	Outros	0	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.636	-2.337
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.636	-2.337
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	644	83
7.08.02.01	Federais	644	83
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.992	-2.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.992	-2.420

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2012

Em milhares de reais

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as informações contábeis intermediárias acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes, relativas ao período findo em 30 de junho de 2012.

A Companhia é detentora de direitos decorrentes de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria.

Seguindo uma série de ações propostas por outros participantes do mercado, a Companhia iniciou ações judiciais contra as companhias de telefonia, objetivando o cumprimento integral dos termos dos Contratos, mormente o atraso na transferência das ações decorrentes dos Contratos e, também, a entrega a menor da quantidade de ações devidas aos seus titulares.

As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados.

No momento, não é possível jurídica ou economicamente quantificar os valores que a Companhia poderá vir a fazer jus em decorrência de uma eventual decisão favorável nas referidas ações judiciais, ou mesmo eventuais perdas. Os assessores legais que patrocinam tais demandas judiciais acreditam na possibilidade de um resultado favorável à Companhia.

Por fim, a evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste trimestre, além do anteriormente relatado, poderão ser examinados através das próprias informações contábeis intermediárias e notas explicativas.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Desempenho no Trimestre

A Companhia, no trimestre findo em 30 de junho de 2012, apurou resultado positivo de R\$ 1.992, cujos principais fatores foram: as receitas financeiras geradas por aplicação em fundo de renda fixa juntamente com o resgate de parte ações de sua carteira.

O custo contábil da carteira de ações em 30 de junho de 2012 era de R\$ 4.844. O valor de realização destes ativos é de R\$ 31.894. Depreende-se, portanto, que, há um ganho líquido potencial não realizado de R\$ 17.853, registrado no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial.

Uma vez que a Companhia se posiciona como uma empresa de participação e que sua atuação se pauta por investimentos em mercados afetos a flutuações, na esteira dos acontecimentos do mercado internacional e local, não há como se tecer previsões ou expectativas do comportamento empresarial vindouro. Como se sabe, em mercados de

Comentário do Desempenho

valores mobiliários de renda variável, não há garantias de ganhos ou compromissos de rentabilidade futura, daí a razão da Administração exercer uma vigilância e acompanhamento permanente de seus investimentos, modulando sua estratégia de longo prazo, sem abdicar do gerenciamento das situações e oportunidades conjunturais.

Divulgação de Informações Sobre Serviços que Não Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR Lopes Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Parcom Participações S.A..

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2012.

Parcom Participações S.A.

Notas Explicativas**PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da Administração às Informações Trimestrais
Em 30 de Junho de 2012****(Em milhares de reais)****1 - Contexto Operacional**

A Parcom Participações S.A. ("Companhia") tem como objetivo a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia não exerce atividades operacionais.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**2.1 - Base de preparação**

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A emissão das informações trimestrais foi aprovada pela Administração 26 de julho de 2012.

2.2 - Demonstrações dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes dos trimestres estão apresentadas abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	1.772	(2.497)
Outros resultados abrangentes:		
Ganhos (perdas) em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.299)	2.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	442	(749)
Outros resultados abrangentes	<u>(857)</u>	<u>1.454</u>
Resultado abrangente do trimestre	<u><u>915</u></u>	<u><u>(1.043)</u></u>

Notas Explicativas

3 - Resumo das Políticas Contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários

c. Aplicações financeiras

Representadas por aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do trimestre, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Aplicações financeiras (não circulante)

Referem-se a investimentos em ações de companhias abertas, classificadas como disponível para a venda, registradas ao custo e representados pelo seu valor justo, calculado com base na cotação de fechamento da BM&FBovespa.

As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que esses títulos são realizados.

f. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia.

g. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

h. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ou R\$ 20 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

Notas Explicativas

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Representado pelas provisões de imposto de renda e contribuição social, calculadas com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado a título de ajuste a valor patrimonial no patrimônio líquido, sobre os títulos e valores mobiliários classificados como disponível para venda no não circulante.

j. Outros passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada obrigação legal prevista no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08, os dividendos são somente provisionados quando se constitui a obrigação legal, sendo geralmente reconhecido quando deliberado o pagamento de dividendos.

l. Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício em poder dos acionistas, ou seja, em circulação.

m. Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

n. Novos pronunciamentos

A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios a partir de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total dos novos pronunciamentos.

Notas Explicativas

5 - Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

Fundo	Instituição Financeira Administradora	30/06/12		31/12/11	
		Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
TOP DI	Banco Opportunity	7.436.963,3575640	17.375	6.896.538,33945	15.373

6 - Aplicações Financeiras (não circulante)

Representados por investimentos em ações de companhias abertas do segmento de telefonia e comunicação de alta liquidez, registradas ao custo, e ajustadas ao seu valor de mercado pela cotação de fechamento da BM&FBovespa, em contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. A Companhia mantém estas ações classificadas como disponível para venda.

	30/06/12	31/12/11
Saldo de títulos e valores mobiliários - custo	4.844	4.844
Ajuste ao valor de mercado	27.050	25.814
Saldo de títulos e valores mobiliários – ajustado	31.894	30.658

7 - Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 12.261.972 ações, sendo 4.099.772 ações ordinárias e 8.162.200 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 9.457/97.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 288.000.000 (duzentos e oitenta e oito milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

b. Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo é registrada como passivo, por ser obrigação legal prevista no Estatuto Social.

Notas Explicativas

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, entre o valor justo e o custo da carteira de ações de companhias abertas dos segmentos de telefonia e comunicação, registradas como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e classificadas como disponível para venda, conforme nota explicativa nº 5.

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ajuste de títulos e valores mobiliários (a)	27.050	25.814
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(9.197)	(8.777)
Ajuste ao valor de mercado líquido	<u>17.853</u>	<u>17.037</u>

- a) Representado pelo ajuste ao valor de mercado da carteira de ações de companhias abertas registradas no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 5.
- b) Calculado sobre o ajuste ao valor de mercado, com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme nota 3 (i).

8 - Passivos Contingentes não Provisionados

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com base na análise individual destes processos, tendo como base, a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos. Aqueles considerados como de perda provável são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados em notas explicativas.

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em 8 de outubro de 2010. O auto de infração teve por objeto a indedutibilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, no valor histórico de R\$ 10.454, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 a abril de 2007. A autoridade administrativa sustentou a sua argumentação alegando, basicamente, que as referidas despesas financeiras não atenderiam aos critérios de necessidade, usualidade e normalidade de que trata o regulamento do imposto de renda, para fins de dedutibilidade de qualquer despesa. O valor do crédito tributário cobrado, atualizado até outubro de 2010 era de R\$ 15.006.

O processo encontra-se na fase administrativa e os assessores legais da Companhia, que estão a cargo da defesa do referido auto de infração, avaliam o risco de êxito como possível.

9 – Contingência Ativa

A Companhia é detentora de direitos decorrentes de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. Seguindo uma série de ações propostas por outros participantes do mercado, a Companhia iniciou ações judiciais contra as companhias de telefonia, objetivando o cumprimento integral dos termos dos Contratos, mormente o atraso na transferência das ações decorrentes dos Contratos e, também, a entrega a menor da quantidade de ações devidas aos seus titulares. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados.

Notas Explicativas

No momento, não é possível jurídica ou economicamente quantificar os valores que a Companhia poderá vir a fazer jus em decorrência de uma eventual decisão favorável nas referidas ações judiciais, ou mesmo eventuais perdas. Os assessores legais que patrocinam tais demandas judiciais acreditam na possibilidade de um resultado favorável à Companhia. A referida contingência ativa não foi reconhecida nas demonstrações contábeis, uma vez que sua realização independe do controle da Companhia, podendo tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

10 - Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensurou conforme abaixo:

(i) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco adotado pela Companhia. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nesta categoria.

(ii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:

Os investimentos em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. São avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado. As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante estão classificadas nesta categoria.

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas liquidações.

b) Derivativos

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante o trimestre findo em 30 de junho de 2012.

11 - Despesas Administrativas

A Companhia e sua controladora Forpart S.A., firmaram em 17/03/11, Instrumento Particular com a T.E. Administração Financeira e Empresarial Ltda., em que esta ficará responsável por monitorar, gerenciar e coordenar os trabalhos e processos referentes às ações judiciais propostas de caráter indenizatório contra as companhias de telefonia (vide nota explicativa nº 9), tendo em vista o atraso na transferência das ações decorrentes dos Contratos de Participação Financeira de Telefonia – CPT's e a entrega a menor da quantidade de ações devidas aos seus titulares.

Notas Explicativas

A prestação de serviço será paga em duas etapas, a primeira no valor total de R\$ 4.000 (R\$ 3.600 devidos pela Companhia e R\$ 400 devidos pela Forpart S.A. – ambas pagas no exercício de 2011) e a segunda, corresponde a uma participação do resultado que vier a ser obtido pelas empresas em razão das ações judiciais, correspondente a 10% do valor que for apurado em cada liquidação de sentença de cada uma das ações, quando da efetiva liquidação dos referidos valores.

12 - Serviços do Auditor Independente

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2012, que não seja o de auditoria externa.

* * * * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Parcom Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Parcom Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A nota explicativa no 08 às informações contábeis intermediárias descreve incerteza relacionada com o desfecho futuro de defesas de Autos de Infração lavrados contra a Companhia, sobre a indedutibilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 a abril de 2007. A administração da Companhia e seus assessores jurídicos avaliam como possíveis as chances de êxito final, e desta forma, não constituiu provisão para desembolsos futuros, nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2012, de acordo com prática contábil apropriada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes, respectivamente, que emitiram relatórios datados de 17 de fevereiro de 2012 e 29 de julho de 2011, com parágrafo de ênfase similar ao acima.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2012.

Lopes, Machado Auditores

CRC-RJ-2026-O

Paulo Sérgio Machado
CONTADOR - CRC-RJ-37.998-1/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Parcom Participações S.A., sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.185.475/0001-08, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2012.

Veronica Valente Dantas	Norberto Aguiar Tomaz
Diretora Presidente	Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**DECLARAÇÃO**

Declaramos, na qualidade de diretores da Parcom Participações S.A., sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.185.475/0001-08, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (BKR Lopes Machado Auditores) referentes as informações trimestrais da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2012.

Veronica Valente Dantas
Diretora Presidente

Norberto Aguiar Tomaz
Diretor